



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Direito do trabalho e previdenciário aplicado

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso.....	3
3. Público-Alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso.....	4
7. Competências e Habilidades do Egresso.....	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9. Estágio Não Obrigatório	8
10. Matriz Curricular	10
11. Carga Horária.....	11
12. Conteúdo Programático.....	11
13. Infraestrutura Física e Pedagógica.....	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito do trabalho e previdenciário aplicado

Área de Avaliação (CAPES): Direito.

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas.

Área do Conhecimento (CAPES): Direito.

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito.

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 1000 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso destina-se a bacharéis em Direito que, diante das exigências do mercado de trabalho, buscam aperfeiçoamento e aprofundamento dos temas de direito material e processual do trabalho e direito previdenciário, bem como advogados, magistrados, procuradores do trabalho, defensores públicos, servidores públicos e outros operadores do Direito atuantes na área trabalhista e Previdenciária.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

5. Justificativa do Curso

Diante de constante atualização legislativa, fruto do processo evolutivo da globalização e da ampliação dos Direitos Fundamentais dos Direitos Humanos, necessária uma nova adequação do perfil do operador do Direito, visando atualizar e ampliar seus conhecimentos e área de atuação.

Em razão das transformações do mercado de trabalho e seus desdobramentos, surge a real necessidade de adequação das normas trabalhistas e previdenciárias, buscando equalização e regulação das relações jurídicas.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Habilitar operadores do Direito, executivos, empreendedores e pesquisadores a conhecer e aplicar os fundamentos do Direito do trabalho e previdenciário, a partir de um novo paradigma teórico e prático.
- Propiciar ao aluno conhecimentos para atuar em empresas, órgãos públicos e demais setores ligados ao direito do trabalho e previdência social.
- Habilitar o aluno a relacionar as diversas áreas de conhecimento e ser capaz de equilibrar raciocínio lógico e criatividade, com vistas a resolução de conflitos atuando seja na esfera consultiva ou contenciosa.

6.2. Objetivos Específicos

- Qualificar profissionais atuantes da área trabalhista e previdenciária.
- Estimular a produção acadêmica e o debate crítico sobre direito e processo do trabalho, previdenciário e temas interdisciplinares.
- Fomentar reflexão acerca da tutela coletiva do direito do trabalho (aspecto material e processual) bem como desenvolver habilidade no direito previdenciário.

7. Competências e Habilidades do Egresso

Competências

Desenvolver os conhecimentos técnicos recebidos na graduação, aprimoramento de questões complexas relativas às questões trabalhistas e previdenciárias com vista a aperfeiçoar e preparar os operadores do Direito para atuar nas esferas jurídicas respectivas na resolução de conflitos.

Habilidades

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos;
- Utilizar de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista;
- Identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 42 horas por disciplina.

Estas 42 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de júbilamento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo mínimo 30% (trinta por cento) portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que obedeçam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar

não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Direitos fundamentais e tutela do empregado	0h	42h	42h
Contrato de trabalho	0h	42h	42h
Temas especiais de contrato de trabalho	0h	42h	42h
Cálculos trabalhistas	0h	42h	42h
Direito coletivo do trabalho	0h	42h	42h
Seguridade Social	0h	42h	42h
Prática da Seguridade Social	0h	42h	42h
RGPS: Benefícios por Incapacidade	0h	42h	42h
RGPS: Aposentadorias Programáveis	0h	42h	42h

11. Carga Horária

A carga horária de 378h constitui o conteúdo ministrado em 09 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características do aluno da modalidade de educação a distância;
- Utilizar ferramentas tecnológicas de apoio a pesquisa;
- Comunicar-se com clareza e assertividade oralmente e por escrito;
- Gerenciar tempo e atividades de estudo.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia básica:

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MOORE, Michael G., **Educação a distância: sistemas de aprendizagem online**. 3. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Disciplina: Direitos fundamentais e Tutela do Empregado

Ementa: Teoria Geral do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Direito do Trabalho e Constituição. Princípios Constitucionais e do Direito do Trabalho. Interpretação e Aplicação do Direito do Trabalho. Direito do Trabalho na ótica dos Direitos Humanos. Eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais. Direito ao lazer nas relações de trabalho. Direito à Igualdade. Direito a um ambiente de trabalho saudável. Proteção contra trabalho escravo. Trabalho decente. Mecanismos de combate ao trabalho escravo. Proibição do Trabalho Infantil. Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Competências e Habilidades:

- Aprofundar conhecimentos dos conceitos gerais do direito do trabalho.
- Desenvolver temas especiais referentes aos direitos fundamentais.
- Compreender a evolução legislativa.

Conteúdo Programático 1: Teoria Geral do Direito do trabalho e a Constituição Federal

Conteúdo Programático 2: Interpretação e aplicação da norma trabalhista em aspecto geral, CLT, Súmulas e Orientações Jurisprudenciais.

Conteúdo Programático 3: Proteção contra ao trabalho escravo e trabalho infantil

Conteúdo Programático 4: Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Bibliografia Básica:

DELGADO, Maurício Godinho, **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTR, 2018.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa, **Manual de Direito do Trabalho**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: JUS PODIVM, 2019.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra, **Curso de Direito do Trabalho**, 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Sergio Pinto, **Direito do Trabalho**, 35. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar:

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: do Advogado, 2015.

SILVA, Diogo Nassif. **Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: O Conceito de Pessoa com Deficiência e sua Aplicação Jurídica**. 1ª Ed. Editora Juruá 2013.

CORREIA, Henrique. MIESSA, Élisson. **Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Informativos do TST - Organizados por assunto**, Editora Juspodivm. 2018.

Disciplina: Contrato de Trabalho

Ementa: Relação de emprego e outras formas de trabalho. Requisitos para caracterização do contrato individual do trabalho. Estrutura da relação empregatícia. Novas formas de trabalho. Grupo econômico e sucessão

trabalhista. Responsabilidade dos sócios. Desconsideração da Pessoa Jurídica. Despersonalização do empregador. Terceirização e intermediação da mão de obra. Flexibilização. Contrato de trabalho. Contratos por prazo determinado. Contrato de Experiência. Dumping social e combate às fraudes trabalhistas. Efeitos do contrato de emprego. O direito à intimidade do empregado. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Trabalho extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. Banco de horas. Horas in itinere. Jornadas especiais de trabalho. Trabalho em regime de revezamento. Intervalos. Intervalos intrajornada e interjornada. Repouso semanal (DSR) e em feriados. Trabalhos aos domingos no comércio. Remuneração simples e dobrada do DSR e feriados. Férias.

Competências e Habilidades:

- Aprofundar noções básicas de direito do trabalho na área empresarial.
- Desenvolver conceitos sobre a estrutura empregatícia e seus efeitos.
- Apresentar noções acerca da duração e efeitos do contrato de trabalho.

Conteúdo Programático 1: Contrato de Trabalho - Relação e emprego e outras formas de trabalho.

Conteúdo Programático 2: Duração do trabalho.

Conteúdo Programático 3: Efeitos do contrato de trabalho.

Conteúdo Programático 4: Terceirização, Grupo Econômico e sucessão trabalhista.

Bibliografia Básica:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2017.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 16. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

DELGADO, Maurício Godinho, **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTR, 2019.

Bibliografia Complementar:

CARRION, Valentin, **Comentários a Consolidação das Leis do Trabalho**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Disciplina: Temas especiais de contrato de trabalho

Ementa: Remuneração e salário. Gorjetas. Classificação do salário. Proteção ao salário. Equiparação salarial. Adicionais de insalubridade e periculosidade. A Alteração do contrato de emprego: unilateral e bilateral; adicional de transferência. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho: conceitos e características; hipóteses de suspensão e interrupção; despedida injusta no curso da suspensão. Alteração do contrato de trabalho: extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado; rescisão indireta; pedido de demissão; dispensa por justa causa e sem justa causa. Aviso prévio e reintegração ao emprego. Práticas Abusivas do Poder Diretivo e Assédio Moral. Trabalho da mulher e do menor: política antidiscriminatória; proteção à maternidade; principais proibições ao trabalho do menor; espécies de contrato permitidas ao menor.

Competências e Habilidades:

- Aprofundar conhecimento dos temas especiais que envolvem a contratação no direito do trabalho.
- Desenvolver temas especiais referentes a alteração e extinção do contrato de trabalho.
- Apresentar os efeitos do contrato de trabalho.

Conteúdo Programático 1: Remuneração e salário. Equiparação Salarial e Adicionais. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

Conteúdo Programático 2: Alteração do contrato de emprego.

Conteúdo Programático 3: Extinção do contrato de trabalho. Aviso Prévio e Reintegração ao Emprego.

Conteúdo Programático 4: Trabalho da Mulher e do Menor. Danos materiais, pessoais e morais.

Bibliografia Básica:

BARROS. Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2017.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 16. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

DELGADO, Maurício Godinho, **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTR, 2019.

Bibliografia Complementar:

CARRION, Valentin, **Comentários a Consolidação das Leis do Trabalho**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Sergio Pinto, **Direito do Trabalho**, 35. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Disciplina: Cálculos Trabalhistas

Ementa: Cálculos de Folha de Pagamento. Rescisão Trabalhista. Verbas rescisórias. Jornada de trabalho. Segurança e medicina do trabalho. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Seguro-Desemprego. Peculiaridades do trabalho doméstico.

Competências e Habilidades:

- Desenvolver conhecimento de matemática básica;
- Aprofundar conhecimentos gerais de folha de pagamento
- Apresentar cálculos de rescisão Trabalhista. Verbas rescisórias. Jornada de trabalho. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Seguro-Desemprego..

Conteúdo Programático 1: Cálculo de folha de pagamento.

Conteúdo Programático 2: Rescisão de contrato de Trabalho.

Conteúdo Programático 3: Fundo de garantia do tempo de serviço.

Conteúdo Programático 4: Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho.

Bibliografia Básica:

CORTEZ, Juliano Cortez, **Prática trabalhista - Cálculos**. 18. ed. São Paulo: LTR. 2015.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculo Trabalhista**. 29. ed. São Paulo: Atlas. 2017.

SANTOS, José Aparecido, **Curso de Cálculos de Liquidação Trabalhista - Dos Conceitos à Elaboração das Contas**. 5ª. ed. São Paulo: Juruá. 2018.

Bibliografia Complementar:

Dalvi, Fernando. **Cálculos Trabalhistas Aplicados na Prática**. São Paulo: Habermann, 2014.

OLIVA, Claudio Cesar Grizi. **Cálculo de Liquidação de sentença no Processo de Execução Trabalhista**. São Paulo: LTr, 2013.

ROCHA, Gisele Mariano da. **Cálculos Trabalhistas: para rotinas, liquidação de sentença e atualização de débitos judiciais**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2016.

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho

Ementa: Direito coletivo do trabalho. Breve Histórico. Denominação.

Autonomia. Definição. Princípios de Direito Coletivo do Trabalho. Organização Sindical (estrutura, categoria, prerrogativas). Sindicato (classificação, enquadramento, órgãos, dirigente e contribuição sindical). Entidades Sindicais de Grau Superior: Federação e Confederação. Centrais Sindicais. Unicidade Sindical, Unicidade Sindical e Pluralismo Sindical. Princípio da Liberdade Sindical (Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho e a Constituição Federal de 1988). Conflitos Coletivos de Trabalho. Classificação e Subdivisão. Formas de Solução (Autodefesa ou Autotutela). Autocomposição e Heterocomposição. Negociação Coletiva de Trabalho (natureza, função jurídica e procedimento). Comissões de Conciliação Prévia: procedimento. Formas Extrajudiciais de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho (Conciliação, Mediação e Arbitragem). Termo de Ajuste de Conduta. Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Dissídio Individual e Dissídio Coletivo. Dissídio Coletivo (procedimento, classificação, legitimidade e instauração). Dissídio Coletivo de Greve. Condutas Antissindicais. Direito de Greve. Greve (conceito, classificação, limites, procedimento, greve em atividades essenciais e abuso no Direito de Greve). *Lockout*.

Competências e Habilidades:

- Desenvolver conhecimento e noções de norma coletiva e princípios de direito coletivo, história dos direitos sindicais.

- Aprofundar conceitos sobre organização sindical (estrutura, categoria, prerrogativas); sindicato (classificação, enquadramento, órgãos, dirigente e contribuição sindical) e entidades sindicais de grau superior.

Conteúdo Programático 1: Jurisdição e Competência.

Conteúdo Programático 2: Negociação Coletiva – convenção e acordo coletivo.

Conteúdo Programático 3: Flexibilização trabalhista por instrumento coletivo, limitação.

Conteúdo Programático 4: Negociação coletiva do trabalho: natureza e função. Comissões de Conciliações Prévias. Procedimentos da Negociação Coletiva.

Bibliografia Básica: DELGADO, Maurício Godinho. **Direito Coletivo do Trabalho**. 18 Ed. LTR 2017.

Freitas, Cláudio. **Direito Coletivo do Trabalho**. Editora Juspodivm. 2019.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de Direito Sindical**. 8ª edição. São Paulo; Editora LTR, 2015.

POIVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 18ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de Direito do Trabalho Aplicado**. Volume 7. 4ª Ed. Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo; Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2017.

Lisbôa. Daniel e MUNHOZ, José Lucio. - **REFORMA TRABALHISTA COMENTADA POR JUÍZES DO TRABALHO ARTIGO POR ARTIGO**. 2ª. Ed. LTR 2019.

CORREIA Henrique e Miessa. Élisson. **Manual da Reforma Trabalhista: O que Mudou?** Juspodivm, 2018.

Disciplina: Seguridade Social

Ementa: Introdução. Histórico da Seguridade Social. Princípios Seguridade Social. Saúde. Assistência Social. Regimes Próprio. Regime Previdência

Complementar. Reflexão sobre igualdade na aplicação do Direito na Seguridade Social.

Competências e Habilidades:

- Dedicar às noções básicas da Seguridade Social (Previdência, Assistência e Saúde).
- Capacitar o aluno a operar os conceitos de Direito da Seguridade Social Apresentar as normas programáticas estatuídas no Texto Constitucional e estruturantes da Seguridade Social

Conteúdo Programático 1: Introdução à Seguridade Social, Histórico da Seguridade Social

Conteúdo Programático 2: Princípios Seguridade Social, Saúde. Assistência Social.

Conteúdo Programático 3: Regimes Próprio. Regime Previdência Complementar.

Conteúdo Programático 4: Previdência Complementar. Reflexão sobre igualdade na aplicação do Direito na Seguridade Social.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

_____. Noções preliminares de direito previdenciário. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

_____. Sistema de seguridade social. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003.

_____. O valor social do trabalho. Revista LTr, São Paulo: LTr Editora, 58-10/1167-1178, p. 1176, out. 1994.

_____. O direito dos pobres. São Paulo: Paulinas, 1982.

_____. Contrato de trabalho e aposentadoria. Revista de Direito social, Porto Alegre: Nota dez, ano 5, nº 20, p. 15, out./dez. 2005.

_____. Introdução à seguridade social. In: MONTEIRO Meire Lucia Gomes (Coord.) Introdução ao direito previdenciário. São Paulo: LTr, 1998.

_____. Sobre Reformas e Reformas Previdenciárias. Revista de Direito Social, Sapucaia do Sul/RS: Nota dez, v. 3, nº 12, 2003.

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003

BEVERIDGE, Willian. Relatório sobre o Seguro social e serviços afins, apresentado ao parlamento Britânico em novembro de 1942. Tradução de Almir de Andrade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Teoria dos direitos fundamentais sociais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006,

SANTOS, Marisa Ferreira dos. O princípio da seletividade das prestações de seguridade social. São Paulo: LTr, 2006.

PULINO, Daniel. Previdência Complementar. São Paulo: Conceito editorial, 2011.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; Lazzari, João Batista. Manual de direito previdenciário – 21. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018,

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 22. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

MARMELSTEIN, George. Curso de direitos fundamentais. 82. ed. São Paulo: Atlas, 20019.

BERBEL, Fábio Lopes Vilela. Teoria Geral da Previdência Social. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

Disciplina: Prática da seguridade social

Ementa: Saúde (Ações judiciais). Assistência Social (Ações judiciais: Benefícios Assistencial de Prestação Continuada. Lei 8.742, de 1993. Regime Próprio (Ações judiciais). Previdência Complementar (Ações judiciais). Regime Geral (introdução).

Competências e Habilidades:

- Apresentar os principais pontos de embates judiciais e as melhores resoluções possíveis.

- Apresentar ferramentas processuais, a fim de propiciar aprimoramento prático ao aluno.
- Fomentar reflexão acerca da tutela individual e coletiva do Direito da Seguridade bem como desenvolver habilidade no trâmite processual.

Conteúdo Programático 1: Saúde (Ações judiciais)

Conteúdo Programático 2: Assistência Social (Ações judiciais: Benefícios Assistencial de Prestação Continuada. Lei 8.742, de 1993.

Conteúdo Programático 3: Regime Próprio (Ações judiciais).

Conteúdo Programático 4: Regime Geral (introdução).

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

BERBEL, Fábio Lopes Vilela. Teoria Geral da Previdência Social. São Paulo: Quartier Latin, 2005

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; Lazzari, João Batista. Manual de direito previdenciário – 212. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 20189, IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 22. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

PULINO, Daniel. A aposentadoria por invalidez no direito positivo brasileiro. São Paulo: LTr, 2001.

VIANNA. Claudia Salles Vilela. A Relação De Emprego E Os Impactos Decorrentes Dos Benefícios Previdenciários. 2ª Edição. Editora Ltr, 2010.

MARANO, Vicente Pedro. Doenças ocupacionais. 2ed. Paulo: LTr, 2007.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Bibliografia Complementar:

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 3. ed. São Paulo: LTr, 2004.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

FOLMANN, Melissa. Fator Acidentário de Prevenção (FAP): inconstitucionalidades, ilegalidades e irregularidades/Claudia Salles Vilela Vianna. Curitiba: Juruá, 2010.

Disciplina: Regime geral de previdência social (RGPS). Benefícios por incapacidade.

Ementa: Aposentadoria por Invalidez. Auxílio-doença. Auxílio-acidente. Caracterização da incapacidade. Perícia Médica. Alta programada. Submissão periódica à perícia. Atividades concomitantes. Relação trabalhista. Doença preexistente. Doenças que isentam carência. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Suspensão do benefício. Cessação do benefício. Cumulação de benefícios. Lei 9.528 – auxílio-acidente e aposentadoria. Processo Administrativo Previdenciário: Instrução Normativa INSS: Agência da Previdência Social (APS). Recursos na via administrativa. Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Ações Previdenciárias perante os Juizados Especiais Federais. Recurso cabível e inadmissíveis no JEF. Ações Previdenciárias perante as Varas Ordinárias.

Competências e Habilidades:

- Possibilitar a distinção entre as espécies de prestação previdenciária e a aplicação quando ocorrente o risco social denominado incapacidade laborativa.
- Compreender as diferenças entre benefícios devidos em situação de incapacidade total e permanente e aqueles nos quais a incapacidade é meramente parcial ou transitória.
- Identificar o regramento aplicável diante do brocardo *tempus regit actum*, e conhecer a jurisprudência pátria decorrente de recursos especiais repetitivos e temas de repercussão geral.

Conteúdo Programático 1: Aposentadoria por Invalidez. Auxílio-doença. Auxílio-acidente. Caracterização da incapacidade. Perícia Médica. Alta programada. Submissão per dica   perícia. Atividades concomitantes. Relac o trabalhista.

Conteúdo Programático 2: Doença preexistente. Doenças que isentam carência. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Suspensão do benefício. Cessação do benefício. Cumulação de benefícios.

Conteúdo Programático 3: Lei no 9.528 – auxílio-acidente e aposentadoria. Processo Administrativo Previdenciário: Instrução Normativa INSS: Agência da Previdência Social (APS). Recursos na via administrativa. Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS).

Conteúdo Programático 4: Ações Previdenciárias perante os Juizados Especiais Federais. Recurso cabível e inadmissíveis no JEF. Ações Previdenciárias perante as Varas Ordinárias.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; Lazzari, João Batista. Manual de direito previdenciário – 21. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018,

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 22. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

LAZZARI, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 10ª Ed. 2018

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015.

Bibliografia Complementar:

BALTAZAR JR, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 17ª Ed. Grupo Gen. 2019

PEDROTTI, Irineu Antonio; PEDROTTI, William Antonio. Acidentes do trabalho. 4. ed. São Paulo: LEUD, 2003.

Disciplina: Regime geral de previdência social (RGPS). Aposentadorias programáveis

Ementa: Aposentadoria por tempo de contribuição antes da Reforma da Previdência de 2019. Aposentadoria integral. Aposentadoria diferenciada do professor. Aposentadoria diferenciada do segurado pessoa com deficiência

Aposentadoria proporcional (ultratividade da norma revogada). Tempo de contribuição. Sentença trabalhista. Contagem recíproca. Desaposentação. Data de Início do Benefício – DIB. Renda mensal do benefício. Aposentadoria por idade comum. Trabalhadores Rurais. Aposentadoria diferenciada do segurado pessoa com deficiência. Aposentadoria por idade compulsória. Qualidade de segurado. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Trabalhador rural – art. 143 da Lei de benefícios – norma transitória. Cumulação de benefícios. Aposentadoria especial. Conversão de tempo especial em comum e vice-versa. Contagem recíproca. Comprovação da atividade especial. Ruído – decibéis. Atividade rural. Segurado contribuinte individual (autônomo). Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Retorno do aposentado à atividade especial. Lei de Acesso à informação e obtenção de dados Previdenciários. Procedimento Administrativo Previdenciário. Instrução Normativa INSS. Ações Judiciais

Competências e Habilidades:

- Compreender os requisitos necessários à obtenção e aposentadoria programável no Seguro Social, antes de depois do advento da Nova Previdência.
- Identificar o regramento aplicável por força do direito adquirido, e conhecer a jurisprudência pátria decorrente de recursos especiais repetitivos e temas de repercussão geral.
- Compreender as regras transitórias da Emenda Constitucional 103/2019.

Conteúdo Programático 1: Banco de Dados do INSS. Aposentadorias Programáveis.

Conteúdo Programático 2: Perícias Médicas. **Aposentadoria do segurado com Deficiência.** Processo Judicial Eletrônico.

Conteúdo Programático 3: Aposentadoria do Segurado com Deficiência. Aposentadoria Especial.

Conteúdo Programático 4: Aposentadoria Especial.

Bibliografia Básica:

ALENCAR, H. A. Desaposentação e o Instituto da Transformação de benefícios RGPS. 2ª edição. Florianópolis: Conceito Editorial. 2012.

_____. Cálculo de Benefícios Previdenciários – Teses Revisionais. Da teoria à prática. 10ª edição. São Paulo: Saraiva. 2019

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Despensão: mais que um neologismo: uma realidade. Revista de Previdência Social. São Paulo: LTr, ano XXXIII, n. 347, p. 909/913, out./2009.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; Lazzari, João Batista. Manual de direito previdenciário – 21. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 22. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

_____. Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Desaposentação. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.

Serau Junior, Marco Aurélio. Desaposentação – Novas Perspectivas Teóricas e Práticas. São Paulo. Conceito Editorial: 2011.

GIAMBIAGI, Fabio. Reforma da previdência: encontro marcado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FOLMANN, Melissa. Revisões de benefícios previdenciários, João Marcelino Soares/ Curitiba: Juruá, 2011.

LEMES, Emerson Costa. Manual dos cálculos previdenciários: benefícios e revisões. Curitiba: Juruá, 3º edição, 2016.

SOARES, João Marcelino. Aposentadoria dos portadores de deficiência. Curitiba: Juruá, 2014.

Bibliografia Complementar:

BALTAZAR JR., Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 17ª Ed. Grupo Gen. 2019

LAZZARI, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 10ª Ed. 2018

BALERA, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.

- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

